

Os reformadores empresariais da educação e o ensino de Ciências Sociais e Humanas: uma discussão a partir da Pedagogia Histórico-Crítica

Rodrigo Sarruge Molina¹

 <https://orcid.org/0000-0002-4033-6049>

Vanessa Campos Mariano Ruckstadter²

 <https://orcid.org/0000-0001-6072-3700>

Lucas André Teixeira³

 <https://orcid.org/0000-0002-8210-1184>

*A gente não quer só comida
A gente quer bebida, diversão, balé
A gente não quer só comida
A gente quer a vida como a vida quer
A gente não quer só comida
A gente quer comida, diversão e arte
A gente não quer só comida
A gente quer inteiro e não pela metade⁴*

A ideia da construção desta seção temática para a revista Horizontes ocorreu após os debates na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) entre os dias 13 e 14 de abril de 2023 durante o Congresso “Pedagogia Histórico-Crítica e Educação Escolar: primavera nos dentes”. Os organizadores desta seção, após o encerramento do Grupo de Trabalho (GT) 08 - “Ensino de História, Geografia e Sociologia”, decidiram socializar por meio de artigos científicos os ricos debates que articulam a Pedagogia Histórico-Crítica (PHC) e o Materialismo Histórico-Dialético nas diversas modalidades de ensino da área das Ciências Sociais e Humanas em contraponto à hegemonia das perspectivas “novidadeiras”, “conservadoras”, “neoliberais” e “pós-modernas” na área da educação.

¹ Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória: rodrigo.molina@ufes.br.

² Universidade Estadual do Norte do Paraná, Jacarezinho: vanessaruckstadter@uenp.edu.br.

³ Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Araraquara: lucas.andre@unesp.br.

⁴ Adaptação da composição dos Titãs (Afonso; Filho; Fromer, 1987).

O conjunto de textos aqui reunidos contempla pesquisas que abordam o ensino de Ciências Sociais e Humanas em articulação com a Pedagogia Histórico-Crítica e Materialismo Histórico-Dialético. As análises consideram as reformas estruturais do capitalismo na educação escolar brasileira e as disputas em torno da reestruturação produtiva do capital.

Cury (1992) alerta que o embate acerca do papel do Estado na educação brasileira é uma marca que atravessa a história da república no país. A marca do privatismo sempre esteve presente, mas se acentua a partir da década de 1960 e se reconfigura a partir dos anos de 1990. Nessa mesma linha de análise, o proponente da Pedagogia Histórico-Crítica, professor Dermeval Saviani, também defende a tese de que, no Brasil, a educação nunca foi pública na acepção do termo, chamando a atenção para o fato de que, desde a colonização, a história da educação brasileira sempre possuiu traços privatistas marcantes, com diversas oscilações e contradições ao longo da história. Exemplo disso pode ser constatado em uma entrevista de 2018, em que ele considerou a Reforma do Ensino Médio como um retrocesso aos anos de 1940, quando com as Leis Orgânicas de 1942 foi destinado um ensino secundário para a elite e uma formação profissional para o povo. Isso não significa que o atual estágio de desenvolvimento do capitalismo esteja retrocedendo ao passado. Ao contrário, a Reforma é um avanço sem precedentes em relação à privatização e à financeirização pela via Estatal na história da educação brasileira.

Esse avanço privatista e de financeirização da educação por meio de seus representantes em espaços decisórios de elaboração de políticas educacionais têm se acentuado nos últimos anos. Há em curso, desde 2008, um processo de mudanças estruturais que vêm alterando profundamente as bases do processo de trabalho na educação e que se expande para além de uma onda de reformas⁵ que teve seu ápice no ano de 2016. A chamada “Reforma do Ensino Médio” é apenas uma parte visível ou aparente de um fenômeno educacional orgânico que oculta de forma sofisticada a atuação dos reformadores empresariais da educação no âmbito do Estado, deflagrando múltiplos processos de privatização e financeirização da escola e da educação pública na América Latina, em especial no Brasil.

⁵ Após o golpe de 2016 que destituiu a presidenta Dilma Rousseff, o país viveu uma série de reformas profundas em prejuízo da classe trabalhadora, como a Reforma Trabalhista (2017), a Reforma da Previdência (2019), além das reformas educacionais contempladas no conjunto de textos que compõem a presente seção temática.

Conforme nos lembra Catini (2024), a questão curricular é apenas uma faceta da reestruturação colocada pela reforma, que desde 2019 se encontra em pleno processo de implementação em vários estados brasileiros. De acordo com a autora, para além do currículo, há outros eixos da reforma que são ocultados pela falsa busca de um consenso sobre questões como: a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e seu foco nas competências e habilidades socioemocionais, os princípios e as práticas colocadas pelo empreendedorismo, o notório saber, a exclusão e a redução drástica das disciplinas humanas, entre outras medidas controversas que vão se colocando como a ordem do dia e criando um contexto para passar transformações estruturais de forma “despercebida” e sutilmente articulada.

No contexto em que a escola e seus sujeitos são reduzidos a “peões num tabuleiro, que ora podem dar aula de sociologia, ora de projeto de vida, ora de educação financeira, o currículo prescrito pode ser alterado com qualquer canetada” pelos gestores e gestoras empresariais da educação, tratando a escola como “laboratório de experimentação de seus métodos e docentes especialistas” (Catini, 2024, s.p.). Numa espécie de “balão de ensaio” voltado para aferir as reações sociais, essas experimentações ocultam a implementação de mudanças mais substanciais e estruturais, colocando a educação escolar num patamar de transformações que está muito além da reforma.

O conjunto dessas transformações tem causado várias fissuras na estrutura e manutenção da escola pública, laica, gratuita, obrigatória e universal, notadamente pela atuação estatal em prol dos processos econômicos de privatização dos currículos, dos *lobbys* de institutos educacionais na formulação das legislações no âmbito do estado, das reformas empresariais e da financeirização da educação. Tal intento pode ser percebido no movimento “Todos pela Educação” que tem pautado e participado ativamente na elaboração de políticas educacionais, reformas curriculares e formação de professores em uma perspectiva da lógica de mercado. Fazem parte desse movimento fundações privadas como: Fundação Lemann, Fundação Itaú, Fundação Ayrton Senna, entre outros. Essa hegemonia dos aparelhos privados ficou ainda mais evidente no processo de elaboração da última versão da BNCC. Há um crescente interesse de empresários e grupos empresariais nos temas escolares. O ideário dos reformadores empresariais diante das políticas educacionais, em especial da BNCC, é a questão da “qualidade da educação” dentro de uma lógica gerencialista (Cury; Reis; Zanardi, 2018).

É nesse cenário de profundas transformações na escola e na educação pública que esta seção temática abrange investigações, estudos teórico-práticos e ensaios que levassem em conta as diversas modalidades e níveis de ensino da educação brasileira, especificamente em relação às referidas mudanças estruturais que o mundo do trabalho impõe aos currículos escolares das Ciências Sociais e Humanas.

As mudanças que decorrem da reestruturação produtiva do capital no mundo do trabalho flexível refletem de forma direta e indireta na reorganização curricular que tem operado no âmbito das Ciências Sociais e Humanas, dentre as quais destacamos: a diluição e descaracterização das especificidades dos componentes curriculares em torno das Disciplinas de Sociologia, Filosofia, História e Geografia; as mudanças estruturais em torno da BNCC que reorganiza os conteúdos curriculares em torno de grandes Áreas do Conhecimento, tendo como consequência a substituição das disciplinas e componentes curriculares pela criação de uma única área, denominada: “Ciências Humanas e Sociais Aplicadas” e seus itinerários formativos; o Novo Ensino Médio, e as mudanças em torno do mundo trabalho, que favorece os reformadores empresariais por meio de uma educação empreendedora e flexível; o esvaziamento dos cursos de graduação da área de ciências sociais e humanas e a hegemonia pós-moderna em seus currículos; e as relações entre trabalho e educação no contexto do trabalho docente, abordando temáticas como: Estado, Sociedade Civil, Movimentos Populares, Políticas Educacionais e a relação Público-Privada na educação escolar.

Essas questões atravessam direta e indiretamente os 19 artigos que compõem esta seção, apresentando como característica comum a abordagem das temáticas elencadas a partir da Pedagogia Histórico-Crítica e do Materialismo Histórico-Dialético.

Marcos Roberto Lima e José Claudinei Lombardi, coordenador executivo do grupo de estudos e pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil” (HISTEDBR) contribuíram com o artigo sobre “A reforma empresarial da educação, os currículos escolares e o ensino de Ciências Humanas: apontamentos a partir da Pedagogia Histórico-Crítica”. A educação, historicamente, tem sido palco de disputas ideológicas. As pedagogias dominantes, alinhadas aos interesses do grande capital, reduzem o conhecimento a um conjunto de habilidades técnicas, desconsiderando a formação integral do sujeito e a sua capacidade de emancipação da classe trabalhadora por meio da transformação da realidade social. Diante desse cenário, este trabalho defende a necessidade de resgatar a Pedagogia Histórico-Crítica como um instrumento para a

construção de currículos que promovam a libertação da humanidade na direção de uma sociedade sem classes e exploração. A partir de uma análise bibliográfica e documental, este estudo demonstra como a PHC, ao valorizar a historicidade do conhecimento e a importância da prática social, oferece uma base sólida para o ensino das Ciências Humanas. Os resultados desta pesquisa podem subsidiar a formação de professores que buscam construir práticas pedagógicas mais justas e democráticas, contribuindo para a superação das pedagogias dominantes e para a construção de uma educação emancipadora.

Um tema debatido pelos artigos gira em torno da análise dos documentos oficiais que são resultados das reformas operadas no âmbito do Estado. O primeiro texto que aborda essa temática é de autoria de Camila Gaido Grizzo, João Pedro Nardy e Lucas André Teixeira, e se intitula “Ensino de sociologia e relativismo epistêmico: fissuras conceituais e concepção de ser humano que favorecem os interesses dos reformadores da educação”. Nele, os autores tomam como objeto de análise a BNCC, o Currículo Paulista e o multiculturalismo constatando a hipótese de uma concepção de mundo pós-moderna que preenche as fissuras conceituais intencionalmente criadas como um mecanismo sofisticado que favorece os interesses dos reformadores da educação em tais documentos.

Nessa mesma linha temática, no texto “As reformas estruturais do capitalismo na educação escolar e as disputas em torno do projeto de Ensino Médio: a Lei nº 13.415/2017 em debate”, os autores Deribaldo dos Santos, Layslândia de Souza Santos e Jefferson Nogueira Lopes, sob a ótica do Materialismo Histórico-Dialético, desvelam os interesses por trás dessas mudanças, analisando a relação entre o projeto de lei e os direcionamentos empresariais. A Lei, ao flexibilizar o currículo e ampliar a oferta de disciplinas eletivas, fragmenta o conhecimento e subordina a educação aos interesses do mercado, transformando os estudantes em “clientes” ou “consumidores”. Ao priorizar a formação técnica e profissionalizante em detrimento da formação geral, a lei restringe as possibilidades de desenvolvimento integral dos estudantes, limitando sua capacidade de pensar criticamente e atuar como cidadãos transformadores. Por isso, os autores advogam a construção de uma alternativa pedagógica que valorize a formação integral dos estudantes, o conhecimento científico e a autonomia intelectual, superando a lógica mercantil que permeia a Legislação de 2017.

Os documentos oficiais também são abordados no texto “O ‘Novo’ Ensino Médio como parte das reformas empresariais na educação brasileira: da tragédia anunciada ao desastre

consolidado”, de autoria de Robson Machado e Régis Henrique dos Reis Silva, trazendo a discussão para o âmbito da História e da Filosofia da Educação a fim de identificar os interesses de classe contidos no contexto que antecede a Lei nº 13.415/2017, cuja análise destaca os interesses privados e empresariais que têm sido propiciados pela retomada do social-liberalismo no executivo nacional.

Alessandra Tatiane Galvão Chiaretti, Shirley Cristiane Cintra e Jose Luis Derisso, no artigo “A Base Nacional Comum Curricular, seus impactos sobre o ensino das Ciências Humanas e o contexto de sua produção”, também debatem a BNCC a partir de uma análise das transformações que as Ciências Humanas vem sofrendo neste contexto de Reformas e que indicam a presença de movimentos ultraconservadores representados por entidades privadas que priorizam a formação para o mercado de trabalho, alinhando-se aos interesses empresariais na educação ao renomeá-las de Ciências Humanas Sociais Aplicadas.

Complementando a discussão sobre a temática de análise dos documentos oficiais, Rodrigo Sarruge Molina e Silvia Miguel de Paula Peres, no artigo “O Programa Inova Educação paulista e a nova base comum curricular: entidades empresariais e neoliberalismo nas escolas (2017 a 2022)”, analisam por meio da ciência da História as recentes reformas curriculares em São Paulo, profundamente marcadas pela influência da Base Nacional Comum Curricular. Nessas alterações curriculares, os autores destacam a presença de empresas que têm influenciado decisivamente a reconfiguração das escolas paulistas, submetendo-a aos interesses do mercado e à lógica da competitividade. Este estudo, ancorado no Materialismo Histórico-Dialético, analisa os impactos dessas mudanças, evidenciando a crescente mercantilização da educação e a necessidade de uma pedagogia que priorize a formação crítica e cidadã com vistas para a libertação da classe trabalhadora das ciladas impostas pelos capitalistas. A análise histórica trabalha com os documentos da BNCC e do Programa “Inova Educação” e diagnostica a hegemonia das forças neoliberais na educação paulista, que impõem uma pedagogia do “aprender a aprender”, “competir e empreender”. Diante desse cenário, os autores propõem a Pedagogia Histórico-Crítica como uma alternativa promissora, oferecendo ferramentas para a construção de uma escola mais justa e democrática. Para os autores, é urgente que a comunidade escolar se mobilize para resistir a essas reformas e construir uma educação que atenda às necessidades dos filhos da classe trabalhadora.

Inserindo a temática sobre a educação infantil, o sétimo texto intitulado “Pedagogia histórico-crítica e Educação Infantil do Campo”, de autoria de Deise Soraia Marta de Souza Galvão e Karina de Oliveira Santos Cordeiro, aborda a partir de uma perspectiva crítico-emancipadora as contribuições da PHC para a Educação Infantil do Campo. O artigo é resultado de uma pesquisa desenvolvida no mestrado em Educação do Campo da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). As autoras concluem que o professor tem papel fundamental no planejamento intencional de atividades, considerando o processo de desenvolvimento infantil.

Na mesma temática, o artigo “Apontamentos sobre a proposta formativa do ‘Movimento pela Base’ para os professores de Educação Infantil: uma análise à luz da pedagogia histórico-crítica”, de autoria de Gizeli Beatriz Camilo Volpin e Francisco José Carvalho Mazzeu, apresenta uma pesquisa documental dos materiais disponibilizados em *sites* de fundações empresariais ligadas a esse movimento e sua influência na formação de professores da Educação Infantil por meio de cursos e ações ofertados gratuitamente em plataformas virtuais. Com a premissa de que elas atingem um número elevado de público, os autores demonstram o impacto da formação ofertada pelo Movimento pela Base, que reforça as concepções pedagógicas escolanovistas, não-diretivas e espontaneístas, limitando, dessa forma, o potencial transformador de sua prática.

Temos dois textos sobre o ensino de História a partir da Pedagogia Histórico-Crítica. Luiz Otávio Correa apresenta uma discussão acerca da categoria consciência em sua relação com o ensino de História. No artigo, intitulado “O conceito de consciência e o ensino de História: um debate a partir da Pedagogia Histórico-Crítica”, aproxima-se da Didática da História de Jörn Rüsen e conclui que para pensar a categoria consciência a partir da PHC o conceito de Rüsen é problemático. Argumenta que ele não permite pensar o ensino de História a partir de categorias caras ao Materialismo Histórico-Dialético, tais como dialética, práxis e que considera importantes na análise e síntese marxista necessárias ao ensino de História.

Focando o tema da alfabetização e o ensino de História, Lígia Aparecida Ramos, Vanessa Campos Mariano Ruckstadter e Flávio Massami Martins Ruckstadter discutem as concepções docentes sobre as possibilidades de articulação entre a História e o processo de alfabetização nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. No artigo “História e alfabetização: articulações possíveis a partir das contribuições de professores dos anos iniciais”, os autores concluem, a partir da análise de entrevistas semiestruturadas, que os docentes consideram que há pouco tempo dedicado para as aulas de História em virtude do preparo para as avaliações externas que

focam habilidades de leitura e escrita. Assim, articular conteúdos de História a atividades de alfabetização se apresenta como uma possibilidade de valorizar o conhecimento histórico desde os primeiros anos de escolarização.

Trazendo destaque para o tema da mercantilização e trabalho flexível na educação, no artigo “Educação delivery: diretrizes internacionais para a educação básica na conjuntura pandêmica ampliam a mercantilização da educação”, as autoras Camila Azevedo Souza e Vânia Motta analisam a partir de uma pesquisa bibliográfico-documental e do referencial do Materialismo Histórico-Dialético as diretrizes internacionais para a Educação Básica no contexto da pandemia de Covid-19. Concluem que houve um aceleração no processo de mercantilização com atuação e alinhados a organismos multilaterais e empresariamento da educação.

Inserido na temática da implementação do Novo Ensino Médio, Carlos Soares Barbosa, Leonardo Kaplan e José Carlos Lima de Souza discutem no texto “Ciências Humanas e Sociais no Novo Ensino Médio na rota do ultraliberalismo e do neoconservadorismo: a particularidade do Rio de Janeiro” a criação de novos componentes curriculares como o Empreendedorismo e Projeto de Vida. Para os autores, esses componentes visam atender à agenda neoliberal com formação voltada para o trabalhador requerido no regime de acumulação flexível, que por sua vez se alinha à agenda neoconservadora de ataque à educação crítica e ao pensamento crítico.

Na sequência, esta sessão temática é contemplada com o artigo das pesquisadoras Gedeli Ferrazzo e Mara Regina Martins Jacomeli que analisaram o estudo sobre “A educação a distância no Novo Ensino Médio: a mercantilização da educação da juventude pobre”. Para as autoras, a recente reforma do Ensino Médio no Brasil trouxe consigo a expansão da Educação a Distância (EaD). Sob o pretexto de democratizar o acesso à educação, esse aumento da EaD tem sido utilizado para intensificar a lógica mercantil na educação básica pública e rebaixar a qualidade da educação para a classe trabalhadora, o que fomenta as desigualdades sociais e digitais. Por meio da análise de documentos e bibliografias, se evidencia como a flexibilização curricular e a ampliação da EaD têm servido como justificativa para a precarização das condições de trabalho dos professores e a redução dos investimentos públicos em educação. As autoras concluem que é fundamental que a sociedade civil promova um debate mais aprofundado sobre o papel da EaD na educação brasileira, buscando alternativas que garantam uma educação pública de qualidade para todos.

Leon de Assis Silva e Vanderleida Rosa de Freitas e Queiroz contribuíram com o artigo: “Pedagogia Histórico-Crítica: contextualização histórica, fundamentos epistemológico e metodológico”. Para esses pesquisadores, diante dos desafios da educação contemporânea, marcada pela mercantilização do conhecimento e pela reprodução das desigualdades sociais, a Pedagogia Histórico-Crítica surge como uma alternativa promissora. Este trabalho, a partir de uma revisão bibliográfica, busca aprofundar a compreensão dos fundamentos dessa pedagogia e sua importância para a construção de uma educação contra-hegemônica. As pedagogias não-críticas, ao naturalizar a ordem social, contribuem para a reprodução das desigualdades. A Pedagogia Histórico-Crítica, por sua vez, ao problematizar a realidade e valorizar a participação ativa dos estudantes, oferece uma alternativa para a construção de uma educação emancipadora.

O texto “Esvaziamento do conhecimento objetivo e formação escolar para a empregabilidade: uma análise a partir da pedagogia histórico-crítica” foi redigido por Matheus Bernardo Silva e Alysson Fernandes dos Santos. Para os pesquisadores, a educação brasileira, cada vez mais, prioriza a formação para o mercado de trabalho, em detrimento da formação integral do indivíduo. Essa tendência, marcada pela mercantilização do conhecimento e pela fragmentação do saber, tem como consequência a desvalorização do conhecimento objetivo e a formação de sujeitos passivos e conformistas. Ao analisar as práticas pedagógicas dominantes, este estudo demonstra como a busca pela empregabilidade tem levado ao esvaziamento do conteúdo escolar e à reprodução das desigualdades sociais. A relação promíscua entre o público e o privado na educação reforça essa tendência, comprometendo a qualidade do ensino e a autonomia das instituições escolares frente ao capital.

Os autores Pedro Otávio Carvalho Fernandes e Olavo Pereira Soares também analisaram as reformas educacionais por meio da pesquisa “Os livros didáticos de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas: a materialização da miséria intelectual imposta pelo ‘novo’ Ensino Médio”. Utilizando a Pedagogia Histórico-Crítica como referencial teórico-metodológico, especialmente na contribuição da tradição marxista da Escola de Vigotski, este estudo investiga como um livro didático do “novo” Ensino Médio aborda as questões ambientais e as relações entre sociedade e natureza. A análise do conteúdo revela que o livro, ao invés de promover uma reflexão crítica sobre as causas das desigualdades socioambientais, reforça uma visão conservadora e a serviço do capital.

Ainda sobre o Ensino Médio, contribuíram Carla Chakirian Barretto Coelho e Jeferson Anibal Gonzalez que escreveram o artigo intitulado “Reforma do ensino médio, BNCC e o ensino de arte: reflexões à luz da pedagogia histórico-crítica”. Os autores concluíram que a história da implementação do ensino médio no Brasil foi marcada por tensões e disputas de uma sociedade extremamente contraditória. Em linhas gerais, o artigo é ancorado em sólida revisão bibliográfica e analisa os pressupostos da reforma do Ensino Médio e da nova BNCC, com foco para o ensino de arte sob a lente da Pedagogia Histórico-Crítica. O objetivo foi contribuir para a construção de uma educação que promova o acesso das classes populares ao conhecimento e à transformação radical da sociedade.

O artigo intitulado “Quando boas intenções se convertem em precarização: armadilhas na criação de uma Universidade” foi publicado pelos autores Leonardo Costa e Igor Guevara. O texto discute a criação da Universidade do Distrito Federal (UnDF) sob a perspectiva da Pedagogia Histórico-Crítica e do Materialismo Histórico-Dialético. Os autores trabalham a gênese dessa instituição, quando optou por adotar metodologias ativas, como a Aprendizagem Baseada em Problemas (ABP), buscando promover um ensino supostamente mais “participativo” e “problematizador”. No entanto, a análise de documentos e a observação participante revelam que essas propostas pedagógicas dominantes na UnDF fomentam a precarização da educação pública.

Por fim, fechando a seção temática, temos o artigo internacional do pesquisador argentino Sebastián Gómez, que contribuiu com o texto intitulado “La recepción pedagógica de Antonio Gramsci entre Italia y América Latina (1968-1991)”. Como Saviani publicou diversas vezes, Gramsci é um dos pilares da Pedagogia Histórico-Crítica e esse texto internacional vem ajudar na construção coletiva da PHC (Martins, 2018).

Nesse texto, o portenho traça um panorama da recepção e do impacto das ideias pedagógicas de Antonio Gramsci na Itália e na América Latina, entre os anos de 1968 e 1991. O período analisado coincide com momentos históricos cruciais: os movimentos de protesto de 1968 e a subsequente dissolução da União Soviética. A pesquisa revela que, embora Gramsci tenha sido objeto de interesse em ambas as regiões, a intensidade e o enfoque dos estudos sobre sua obra pedagógica variaram significativamente. Enquanto na Itália a produção acadêmica sobre o tema apresentou um declínio após meados da década de 1970, na América Latina, especialmente a partir de então, houve um crescente interesse em suas ideias como ferramenta

para renovar a pesquisa educacional e um contexto de abertura democrática após a falência das ditaduras militares. O autor sugere que a crise do marxismo na Itália, nesse período, pode ter influenciado de maneira distinta a leitura de Gramsci em cada continente. Além disso, o artigo aponta para a existência de relações complexas entre os centros acadêmicos europeus e as periferias latino-americanas, marcadas por dinâmicas de poder e desigualdade, como é a lógica patriarcal.

Após a apresentação dos artigos, caminhamos para o encerramento deste Editorial com algumas constatações que poderão ser mais bem averiguadas com a leitura dos textos aqui socializados. Os trabalhos demonstram que o avanço do ideário privatista e conservador se constitui como um entrave para a construção de uma sociedade democrática. Essa marca acompanha a trajetória da própria história do Brasil e se acentua nos últimos anos com o avanço da extrema direita e as forças neofascistas.

Porém, de acordo com os ensinamentos de Gramsci (2005, p. 382), podemos dizer que os artigos não ficaram limitados ao “pessimismo da razão” e caminham no sentido do “otimismo” da vontade transformadora. Como Saviani propõe em “Escola e Democracia”, os autores superam a crítica reprodutivista (Saviani, 2018) e avançam no sentido de propor uma pedagogia que auxilie os educadores na transformação da ordem capitalista: a Pedagogia Histórico-Crítica.

O conjunto dos pesquisadores desta seção temática ajuda a compreender as profundas transformações do mundo do trabalho e as reformas educacionais em curso no Brasil, que têm gerado impactos significativos no ensino de Ciências Sociais e Humanas. A fragmentação dos currículos, as avaliações externas, a precarização do trabalho docente e a crescente influência do mercado sobre a educação colocam em xeque a possibilidade de uma formação integral e omnilateral para os filhos dos trabalhadores. Nesse contexto, as disputas em torno do conhecimento nas Ciências Sociais e Humanas são evidentes e os autores propõem resistências e possibilidades de construção de currículos que contribuam para a formação de cidadãos críticos, conscientes e emancipados. Boa leitura!

Os organizadores

Primavera brasileira de aceleradas mudanças climáticas

20 de outubro de 2024

Referências

AFFONSO, S. de B. A.; FILHO, A. A. N. A.; FROMER, M. Música: “Comida” do grupo Titãs. Álbum: *Jesus não Tem dentes no país dos banguelas*. Rio de Janeiro: Warner/chappell Edições Musicais Ltda, Rosa Celeste Empreendimentos Artísticos Ltda, Rosa Celeste: 1987. Suporte digital (3:59)

CATINI, C. A reforma do ensino médio não será instagramável: incentivo financeiro, trabalho estudantil e financeirização. *Portal de notícias Passa Palavra*, 30/03/2024. Disponível em: <https://passapalavra.info/2024/03/152302/>. Acesso em: 16 Out. 2024.

CURY, C. R. J.; REIS, M.; ZANARDI, T. A. C. *Base Nacional Comum Curricular: dilemas e perspectivas*. São Paulo: Cortez, 2018.

CURY, C. R. J. O público e o privado na educação brasileira contemporânea: posições e tendências. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 81, p. 33–43, 1992. Disponível em: <https://publicacoes.fcc.org.br/cp/article/view/988>. Acesso em: 1 Ago. 2024.

SAVIANI, D. *Escola e Democracia*. Campinas/SP: Autores Associados, 2018.

SAVIANI, D. Entrevista: Dermeval Saviani afirma que golpe retrocedeu a educação para 1940. *APP Sindicato*. Fonte: Brasil de Fato. 05 de fevereiro de 2018. Disponível em: <https://appsindicato.org.br/dermeval-saviani-afirma-que-golpe-retrocedeu-a-educacao-para-1940/#:~:text=Segundo%20o%20professor%2C%20a%20reforma%20do%20ensino%20m%C3%A9dio%20proposto%20pelo,forma%C3%A7%C3%A3o%20das%20elites%20de%20outro>. Acesso em 19 Out. 2024.

GRAMSCI, A. *Cartas do cárcere*. v. 1. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 2005.

MARTINS, M. F. "Tradução" da escola unitária de Gramsci pela pedagogia histórico-crítica de Saviani. *ETD Educação Temática Digital*, v. 20, n. 4, p. 997-1017, 2018.

AGRADECIMENTOS

À Sônia Aparecida Siquelli da Universidade São Francisco (USF) pela coordenação editorial desta seção temática na revista Horizontes;

Ao grupo de estudos e pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil” (HISTEDBR) coordenado por Demerval Saviani e José Claudinei Lombardi pela divulgação da seção temática em seus congressos e cursos de extensão;

Aos colegas pesquisadores que divulgaram suas pesquisas no GT 08 “Ensino de História, Geografia e Sociologia” do evento “Pedagogia Histórico-Crítica e Educação Escolar: primavera nos dentes” que deu origem a esta seção temática.

Submissão: 22.10.2024.

Aprovação: 28.10.2024.